

Christiano Cassettari

Separação, Divórcio e Inventário por Escritura Pública

Teoria e Prática

7.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Cassettari, Christiano

Separação, divórcio e inventário por escritura pública: teoria e prática / Christiano Cassettari. 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5886-2

1. Brasil. [Lei 11.441, de 4 de janeiro de 2007]. 2. Escrituras. 2. Separação (Direito). 3. Divórcio. 4. Inventários de bens. I. Título.

07-0773.

CDU: 347.627(81)

SUMÁRIO

1. BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA LEI 11.441/2007.....	21
2. BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 66, DE 2010, QUE COLOCOU FIM AOS PRAZOS PARA O DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL	25
1. A Emenda Constitucional 66 e seus efeitos práticos	25
2. Notícia histórica sobre a separação e as espécies de divórcio....	37
3. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO CONSENSUAIS POR ESCRITURA PÚBLICA: QUESTÕES POLÊMICAS.....	51
1. A separação e o divórcio consensuais na Lei 11.441/2007: uma análise dos seus requisitos de validade.....	52
2. A impossibilidade de se escriturar a separação ou o divórcio no tabelionato de notas, quando a mulher estiver grávida	59
3. A facultatividade da aplicação da Lei 11.441/2007.....	60
4. A escolha do tabelionato de notas para lavrar a escritura....	65
5. O local e o momento da realização da escritura.....	68
6. Os documentos exigidos para a realização da escritura de separação e divórcio.....	70
7. A indicação do advogado pelo tabelião.....	74
8. A gratuidade das escrituras de separação e divórcio.....	78
9. A separação e o divórcio de cônjuge absolutamente ou relativamente incapaz	81

10. A separação e o divórcio por escritura pública de cônjuge analfabeto	82
11. A representação do cônjuge na escritura de separação e divórcio	82
12. A (im)possibilidade de se escriturar a conversão da separação judicial (ou extrajudicial) em divórcio. Vida nova com o divórcio direto.....	89
13. A constitucionalidade da interpretação de que o art. 1.124-A do Código de Processo Civil permite a conversão da separação extrajudicial em divórcio por escritura pública.....	92
14. A reconciliação das pessoas que já se separaram.....	93
15. A desnecessidade de fazer partilha de bens na escritura	99
16. Das disposições sobre alimentos nas escrituras públicas	102
17. A escritura de separação e divórcio que fixa alimentos para o cônjuge, se precisar ser executada, é título executivo judicial ou extrajudicial?.....	107
18. A cláusula relativa ao uso do nome de casado ou solteiro ...	112
19. A possibilidade de separação de corpos consensual por escritura pública.....	114
20. A separação e o divórcio de cônjuges casados no estrangeiro...	115
21. Os efeitos da escritura de separação e divórcio de cônjuges brasileiros, feita no estrangeiro	116
22. Da Lei 12.874, de 29 de outubro de 2013, que alterou o art. 18 do Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.....	117
23. O estado civil do separado extrajudicialmente.....	121
24. A possibilidade de se fazer reconhecimento, dissolução e partilha de bens de pessoas que vivem em união estável por escritura pública.....	122
25. A possibilidade de se fazer reconhecimento, dissolução e partilha de bens de pessoas que vivem em união homoafetiva por escritura pública.....	124

26. Do segredo de justiça das informações constantes na escritura	133
27. Da extensão do sigilo das escrituras aos registradores de imóveis e civis, e não somente aos tabeliães	136
28. A possibilidade de se escriturar a separação judicial em divórcio, quando houver filhos menores ou incapazes do casal, se as questões a eles relacionadas já tiverem sido decididas na sentença.....	137
29. Recusa do tabelião de realizar a escritura de separação ou divórcio	139
30. Do pagamento da meação ao cônjuge no divórcio	140
4. DO INVENTÁRIO POR ESCRITURA PÚBLICA: QUESTÕES POLÊMICAS	145
1. O inventário por escritura pública na Lei 11.441/2007: uma análise dos seus requisitos.....	146
2. A impossibilidade de se escriturar o inventário no tabelionato de notas, quando a mulher estiver grávida	158
3. O local da realização da escritura.....	159
4. A gratuidade das escrituras de inventário.....	164
5. Os documentos exigidos para a realização da escritura de inventário.....	168
6. A representação dos herdeiros na escritura de inventário extrajudicial.....	174
7. A mudança do prazo para abrir o inventário e a derrogação do art. 1.796 do Código Civil.....	181
8. A denominação dada pelo legislador: inventário ou arrolamento sumário (arts. 1.032 a 1.035 do Código de Processo Civil)?.....	184
9. A possibilidade de desistência de inventário judicial em curso para a celebração de escritura pública, bem como da opção pela via judicial após o início do procedimento administrativo. A Lei 11.441/2007 é obrigatória ou facultativa?.....	185

10. A possibilidade de inventariar – por escritura pública – bens de sucessão aberta antes do início da vigência da Lei 11.441/2007.....	191
11. A desnecessidade de homologação judicial da escritura pública de inventário.....	193
12. O inventário por escritura pública de herdeiros analfabetos ...	195
13. A possibilidade de o inventário negativo ser feito por escritura pública.....	196
14. A necessidade de nomeação do inventariante no inventário extrajudicial e a possibilidade de se fazer escritura autônoma de nomeação do inventariante.....	198
15. A necessidade de a escritura ser título hábil para transferir bens móveis e não somente imóveis.....	203
16. A possibilidade de fazer sobrepilha por escritura pública....	206
17. O inventário extrajudicial por escritura pública no caso de união estável.....	209
18. A possibilidade de se fazer inventário de pessoas que viviam em uniões homoafetivas e em casamento homoafetivo.....	211
19. A cessão dos direitos hereditários.....	213
20. A incidência de tributo na hipótese de cessão dos direitos hereditários.....	218
21. A possibilidade de inventário extrajudicial conjunto.....	218
22. Recusa do tabelião de realizar a escritura de inventário....	219
23. Do segredo de justiça das informações constantes na escritura.....	220
24. Da atribuição de valores para certos direitos na escritura de inventário, principalmente o que decorre de conta bancária do falecido.....	225
25. Da não incidência do ITCMD e da desnecessidade de se inventariar valores recebidos a título de seguro de vida....	228
26. Da necessidade de se registrar o direito real de habitação do cônjuge e do companheiro descrito na escritura pública e inventário extrajudicial.....	230
27. Da declaração de renda do espólio.....	232

5. DOS MODELOS DE ESCRITURAS	235
1. Modelo de escritura de separação consensual sem partilha de bens.....	235
2. Modelo de escritura de separação consensual com partilha de bens.....	238
3. Modelo de escritura de divórcio consensual.....	241
4. Modelo de escritura de inventário e partilha.....	244
5. Modelo de escritura de inventário negativo.....	246
6. Modelo de procuração pública para a representação do cônjuge na escritura de separação e divórcio extrajudicial.....	248
ANEXOS	251
1. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Resolução 35, de 24 de abril de 2007.....	253
2. Recomendações gerais do Colégio Notarial do Brasil.....	259
3. Conclusões da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, publicadas em 5 de fevereiro de 2007, referentes à Lei 11.441/2007.....	265
4. Decreto 56.686, de 21 de janeiro de 2011, do Governo do Estado de São Paulo.....	277
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283
OBRAS DO AUTOR	285